

**BOLETIM INFORMATIVO**✉ [cao.educacao@mpmt.mp.br](mailto:cao.educacao@mpmt.mp.br)**Boletim Informativo 15/2020****Cuiabá/MT, 15 de setembro de 2020****1. APRESENTAÇÃO**

O **Centro de Apoio Operacional de Educação** tem como papel essencial prestar apoio técnico às(aos) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como às(aos) servidoras(es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutive.

O **CAO Educação** produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da **COVID-19 (Coronavírus)**.

**2. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE OUTROS ESTADOS****Ministérios Públicos e Prefeitura de Maceió celebram TAC para destinar recursos do Fundef exclusivamente para ações de educação**

Os Ministérios Públicos Estadual (MPAL) e Federal (MPF) assinaram, na última quarta-feira (2), um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o município de Maceió com o objetivo de dar destinação aos recursos, frutos de precatórios, recebidos da União relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) de forma exclusiva para ações voltadas para a educação na capital alagoana. [Continue lendo AQUI](#)

**Município implementa Projeto Voltei a fim de combater aumento de evasão escolar causado pela pandemia**

Em tempos de Covid-19, com o ensino de forma não-presencial, muitos alunos estão deixando de dar retorno aos professores e abandonando as atividades escolares. Para resgatar esses estudantes e evitar o surgimento de novos casos em razão da pandemia, a Promotoria de Justiça de Arcoverde realizou uma reunião virtual na qual o município se comprometeu a implementar o projeto Verificação Oficial Limitadora de Taxas de Evasão e Infrequência (Voltei), somado à diligências adicionais para este período. [Continue lendo AQUI](#)

**PROCON/MPPI apresenta esclarecimentos sobre a atuação em relação aos contratos escolares durante a pandemia**

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/MPPI vem acompanhando a questão e atuando em prol de um entendimento desde o início da pandemia. No mês de abril, o órgão buscou as escolas e faculdades para tentar uma conciliação, pois as demandas dos consumidores por descontos nas mensalidades vinham aumentando desde o fechamento das instituições de ensino para aulas presenciais, em março. [Continue lendo AQUI](#)

## **MPPI obtém sentença favorável para a reforma de cinco unidades escolares estaduais**

A 38ª Promotoria de Justiça de Teresina, especializada na defesa da educação, obteve sentença favorável em ação civil pública movida contra o Estado do Piauí para reforma de cinco unidades escolares. [Continue lendo AQUI](#)

## **MPRN aciona Justiça por gestão democrática escolar**

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Caicó conseguiu numa audiência de conciliação, que a Prefeitura de Timbaúba dos Batistas se comprometa a apresentar, até o final de novembro de 2020, projeto de lei que regulariza a gestão democrática escolar com a previsão de que as primeiras eleições para as direções das escolas municipais ocorrerão até junho de 2021. [Continue lendo AQUI](#)

## **Promotoria de justiça regional de educação realiza seminários de monitoramento e acompanhamento das metas do plano nacional de educação**

Com o objetivo de realizar reflexões sobre as atividades remotas, os cuidados com os educadores, a busca ativa com o trabalho em rede, o compartilhamento de boas práticas e práticas restaurativas em tempos de pandemia, a abertura contou com a participação do pedagogo Rogério Silvestre Vaz Pinto, que dialogou sobre as possibilidades de ressignificação da educação no momento atual. [Continue lendo AQUI](#)

## **Município de Venâncio Aires acata recomendação do MPRS e suspende autorização para retomada das aulas presenciais da educação infantil na rede privada**

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, por meio da Promotoria de Justiça Regional da Educação (Preduc) de Santa Cruz do Sul, expediu Recomendação, nesta terça-feira, 01 de setembro, ao Município de Venâncio Aires para que revogue ou suspenda a eficácia do artigo 3º do Decreto Municipal 7.246, de 31 de agosto de 2020, que autorizou a retomada das aulas presenciais da educação infantil na rede privada, no prazo de 24 horas, ou que anule o artigo. [Continue lendo AQUI](#)

## **Promotoria de Justiça acompanha criação de protocolo para retorno das aulas presenciais com segurança em Joinville**

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville acompanhou de perto a criação do protocolo que define as diretrizes que serão adotadas em escolas da rede municipal, tanto por alunos quanto por professores e demais funcionários. A partir da instauração de um procedimento administrativo, o Promotor de Justiça Eder Cristiano Viana fiscalizou, com a Defensoria Pública, que instaurou procedimento próprio, a criação do documento que foi elaborado a fim de garantir segurança a todos no retorno das aulas presenciais. [Continue lendo AQUI](#)

## **3. NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

### **MPF, MPT e MP/PR se manifestam contra a volta às aulas no Paraná**

O Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) lançaram, em 9 de setembro, um comunicado conjunto contra a volta às aulas no estado. De acordo com o documento, as instituições signatárias entendem “ser precipitado e de elevado risco, neste momento, o retorno às aulas presenciais ... acrescidas, ainda, da necessidade de aperfeiçoar o Protocolo de Retorno, especialmente porque não é possível concluir que há garantia formal de que todas as medidas nele postas sejam possíveis de serem implementadas”. [Continue lendo AQUI.](#)

## **Após atuação do MPF, IFAL contrata intérprete de Libras para alunos de cinco campi**

Após atuação do Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) adota providências para contratação de profissionais especializados em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para atuação nos campi Arapiraca, Coruripe, Marechal Deodoro, Maceió e Murici. [Continue lendo AQUI.](#)

## **MPF cobra agilidade do IFRN na concessão de auxílio a estudantes para ensino remoto**

O Ministério Público Federal (MPF) remeteu a todos os campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN (IFRN) uma recomendação para que lancem, em até 48 horas, os editais para concessão de assistência estudantil no contexto do ensino remoto, que prevê três tipos de auxílios (para aquisição de dispositivo eletrônico, pagamento de internet ou compra de materiais didáticos). [Continue lendo AQUI.](#)

## **MPF representa por inconstitucionalidade de lei que torna obrigatória a leitura da bíblia nas escolas públicas de Xangri-lá (RS)**

O Ministério Público Federal encaminhou ao procurador-geral de Justiça do estado do Rio Grande do Sul representação por inconstitucionalidade em face da lei que torna obrigatória a leitura da bíblia no município de Xangri-lá. A Lei nº 2.166, de 21 de agosto de 2020, torna a leitura da bíblia obrigatória nas escolas públicas de Xangri-lá, devendo a leitura ser realizada no início de cada turno escolar (manhã e tarde), cabendo ao docente autorizar ou não o debate do texto lido. [Continue lendo AQUI.](#)

## **MPF recomenda que município de Barão de Grajaú (MA) suspenda contrato de serviço de transporte escolar**

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República no município de Balsas (PRM/Balsas) recomendou à Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú (MA) que suspenda contrato de serviço de transporte escolar durante a pandemia, uma vez que o documento não diz respeito às ações de enfrentamento da covid-19 e nem foi firmado durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020. [Continue lendo AQUI.](#)

## **4. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

### **Justiça de SC suspende despejo de creche por Covid-19 e chance de retorno às aulas**

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) atendeu ao pleito da proprietária de um imóvel e concedeu antecipação da tutela de urgência para permitir o despejo de uma creche na Grande Florianópolis. Os efeitos da decisão, porém, estão suspensos até o fim deste ano. Para a 1ª Câmara de Direito Público, em matéria sob a relatoria do desembargador Pedro Manoel Abreu, o risco de transmissão da Covid-19 e a hipótese de volta às aulas pela rede municipal de ensino justificam a modulação do julgado. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Contratação de TV para produção de aulas para rede municipal de Natal é mantida**

A 3ª Vara da Fazenda Pública de Natal indeferiu pedido de medida liminar feito pela Fundação Antonio Gomes dos Santos (afiliada da TV Cultura no RN) no qual pretendia que fosse suspensa a contratação da empresa Televisão Novos Tempos S/A (conhecida como Band Natal) pelo Município de Natal, com dispensa de licitação, para a prestação de serviços de gravação, produção, masterização, edição e transmissão de conteúdos educacionais

direcionados aos alunos da rede pública de ensino fundamental, em razão da urgência causada pela pandemia Covid-19. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Justiça e Escola: palestra discute os impactos da pandemia na educação**

Continuando as atividades virtuais durante o período da pandemia, o Programa Justiça e Escola, integrante do Núcleo de Ações e Programas Socioambientais (NAPS) do Tribunal de Justiça do RN, realizou na última quinta-feira (20), por meio de videoconferência, palestra sobre os "impactos da Covid-19 na Educação". A palestrante convidada foi a professora Analydia Pereira, com longa experiência na área de Educação, adquirida em sua carreira como professora da Secretaria Estadual de Educação do RN e coordenadora de tutoria de ensino a distância (EaD) do IFRN. [Continue lendo AQUI.](#) - Assista [AQUI](#) a palestra completa.

### **Audiência de conciliação: Secretaria de Educação e Sepe têm 30 dias para estudar volta às aulas no estado**

A Secretaria estadual de Educação e o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) do Rio de Janeiro têm até o dia 1º de outubro para chegar a um consenso sobre a retomada do ano letivo na rede estadual de ensino sem prejuízo do calendário escolar. O prazo foi acordado em audiência de conciliação conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Claudio de Mello Tavares. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Município deve garantir transporte público para estudantes de povoados**

O Município de São Vicente Férrer foi condenado a oferecer transporte seguro de ida e volta aos alunos residentes nos povoados Cafuza, Ilha São José, São Marcos, Pascoal, Enseada dos Pintos, Enseada dos Melônios, Madureira e Ouro Verde, no prazo de 90 dias, mesmo nas férias escolares, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1 mil, a ser direcionada em favor do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Termo de Ajustamento de Conduta garante transporte, educação e escola para crianças da Zona Rural de Porto Velho**

Publicado no dia 11 de setembro, no Diário da Justiça, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no qual os representantes do Município de Porto Velho se comprometem a cumprir cláusulas para assegurar o transporte escolar terrestre e fluvial, e ensino de qualidade às crianças que vivem na Zona Rural da Capital. O documento é resultado de um longo percurso judicial, que abarcou medidas e sanções ao Município por não fornecer a esse público o direito básico assegurado pela constituição e Estatuto da Criança e do Adolescente: a educação e o transporte escolar. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Mantida decisão que autoriza retomada de atividades presenciais nas escolas**

A 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital manteve decisão que negou pedido de sindicatos de professores para que seja suspensa a volta de atividades presenciais nas escolas públicas e privadas do estado de São Paulo. [Continue lendo AQUI.](#)

## **5. NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL**

### **Aprovada proposta que viabiliza ações preventivas para retorno às aulas presenciais**

Senadores aprovaram, no dia 1 de setembro, projeto que garante o repasse de dinheiro federal para viabilizar o retorno às aulas presenciais. Entre outras ações, o [PL 3.892/2020](#) prevê a adequação da infraestrutura sanitária das escolas, a compra de equipamentos de proteção individual e material de higiene, capacitação de funcionários e

o acesso à internet para alunos que não possam retornar às atividades presenciais. Aprovada por unanimidade pelo Senado, o texto vai à Câmara.

### **Projeto destina recursos do Fust para ampliar acesso à educação a distância na rede pública**

O Projeto de Lei Complementar 230/20 destina recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para a compra de equipamentos de informática e de acesso à internet para os alunos carentes da rede pública de ensino. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Projeto permite que estados e municípios usem verbas federais para financiar retorno às aulas**

O Projeto de Lei 3892/20 autoriza estados, municípios e Distrito Federal a utilizarem os recursos oriundos de diversos repasses federais para financiar o retorno seguro às aulas presenciais na rede pública de ensino. Já aprovado no Senado, o texto tramita na Câmara dos Deputados. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Parlamentares e especialistas defendem reabertura das escolas**

Parlamentares e especialistas defenderam a volta às aulas presenciais com medidas seguras de prevenção contra o coronavírus. Durante audiência pública da Comissão Externa da Câmara que acompanha as medidas de combate à Covid-19, nesta quarta-feira (9), relatos mostraram experiências diversas de enfrentamento à pandemia pelos sistemas educacionais de outros países. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Comissão externa debate experiência internacional de retorno às aulas presenciais**

A comissão externa destinada a acompanhar o enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil debate nesta manhã as experiências internacionais no retorno às aulas presenciais pós-pandemia. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Projeto prevê ajuda emergencial via Fundeb para financiar educação durante pandemia**

O Projeto de Lei 4490/20 estabelece que a União complementará, a título de auxílio financeiro emergencial, as perdas de arrecadação dos municípios por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para investimentos em educação. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Projeto permite o uso do salário-educação para pagar professores durante pandemia**

O Projeto de Lei 2906/20 permite, em caráter excepcional, o uso dos recursos do salário-educação para o pagamento de professores durante a pandemia da Covid-19. O texto, que já foi aprovado pelo Senado, está sendo analisado agora pela Câmara dos Deputados. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Projeto assegura 50% da mensalidade a motorista que faça transporte de aluno de escola pública**

O Projeto de Lei 4362/20 assegura aos contratados para o serviço de transporte escolar de alunos da rede pública o pagamento de 50% do preço mensal, durante o período de suspensão das aulas em razão da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Pais de Natal/RN não podem responsabilizar escola se alunos forem contaminados pela covid-19**

A prefeitura de Natal/RN publicou nesta quinta-feira, 10, o decreto 12.054/20 autorizando o retorno gradual das aulas presenciais da rede privada de ensino do município. A norma estabelece regras a serem adotadas pelas instituições, como higienização e medição de temperatura de alunos e funcionários. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Secretaria de Educação de MT impõe volta às aulas aos indígenas e define plano sem diálogo**

Estudos não presenciais com sistema de apostilas encontram problemas de implementação. Estudantes e professores indígenas dizem que não foram ouvidos. [Continue lendo AQUI.](#)

### **STF tira obrigação do estado de oferecer merenda para crianças na pandemia**

O presidente do STF derrubou uma liminar que obrigava o governo do estado e a prefeitura do Rio de Janeiro a fornecerem merenda para estudantes da rede pública durante a pandemia. Decisão pode levar milhares de crianças a passarem fome. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Estado diz "preservar a vida" e descarta retomar aulas presenciais em 2020**

A secretária de Estado de Educação, Marioneide Kliemaschewsk, afirmou que não há nenhuma expectativa para a retomada das aulas da rede pública estadual ainda neste ano. Segundo ela, uma equipe técnica da Secretaria de Educação do Estado (Seduc) aguarda novas atualizações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para decidir sobre o retorno das atividades presenciais. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Livro traz dicas para auxiliar os profissionais da educação na gravação de conteúdos pedagógicos**

O livro “**Dez Passos para o Ensino Emergencial no Rádio em Tempos de Covid-19**”, produzido pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos de Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Luiz Artur Ferraretto e Fernando Morgado, traz dicas para auxiliar os profissionais da educação na gravação de conteúdos pedagógicos para os estudantes baseada na coloquialidade da conversa para o uso didático de espaços em emissoras de rádio. O livro está disponível para download gratuito acessando aqui. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Pesquisa revela que 96% das redes municipais de educação estão realizando atividades não presenciais com alunas e alunos durante a pandemia**

Com o objetivo de coletar informações sobre a oferta de atividades não presenciais, a previsão de retorno das aulas e a preparação para a volta no contexto da pandemia da Covid-19, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Itaú Social e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), realizou um levantamento envolvendo 4.272 redes municipais, que representam 77% do total de municípios brasileiros e corresponde a 79% do total de matrículas das redes municipais do país. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Covid-19: Fiocruz publica documento sobre retorno às aulas presenciais**

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) lança documento que sistematiza um conjunto de orientações relacionadas às atividades escolares no contexto da pandemia, a partir de uma revisão da literatura e de publicações produzidas pela própria instituição e por outras.

Intitulado [Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia de Covid-19](#), o material foi coordenado pela Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz e reúne evidências e informações científicas e sanitárias, nacionais e internacionais, sobre o que tem sido debatido, até o momento, sobre a volta às aulas presenciais. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Escolas particulares retomam aulas presenciais em Cuiabá**

As escolas particulares que atendem crianças de 2 meses a 4 anos voltaram a funcionar nessa quinta-feira (10), em Cuiabá. O retorno às aulas na capital será gradual. [Continue lendo AQUI.](#)

### **STF proíbe eleição e Secretaria de Educação de MT abre processo seletivo para cargo de diretor escolar**

Após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proibindo que haja eleição para a escolha de diretores de escolas da rede estadual, a Secretaria Estadual de Educação. [Continue lendo AQUI.](#)

### **Busca Ativa Escolar em crises e emergências**

O guia Busca Ativa Escolar em crises e emergências visa apoiar governos estaduais e municipais na garantia do direito à educação de cada criança e cada adolescente em situações de calamidade pública e emergências, tais como pandemias – a exemplo da causada pela covid-19, desastres naturais e outras. [Continue lendo AQUI.](#)

## **BOLETIM INFORMATIVO DO CAO EDUCAÇÃO**

Equipe:

Miguel Silhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação

Camila Alessandra Pinheiro Salles Takase – Assistente Ministerial

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial